

SIMPOSIO DA DIPANDA

O PERCURSO HISTÓRICO DE ANGOLA

DESDE A LUTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL ATÉ À

PROCLAMAÇÃO

DA INDEPENDÊNCIA

POR

ISAIAS SAMACUVA

Excelentíssimo Senhor Moisés de Sousa, Presidente da Juventude
Metodista

Ilustres Personalidades Políticas, Académicas, Religiosas e da
Sociedade Civil

Caros Jovens

Excelências

Minhas Senhoras e meus Senhores:

Excelências:

Saúdo à todos aqui presentes, em particular os Jovens Leigos Adultos
da Igreja Metodista Episcopal Africana de Peregrinos, realizadores

deste evento à quem também dirijo os meus agradecimentos pelo convite que me foi formulado para participar neste Simpósio da Dipanda.

PREÂMBULO

Permitam que antes de entrar claramente na minha apresentação, consuma alguns minutos do pouco e precioso tempo à nossa disposição, para nos situar bem no contexto do tema que nos foi atribuído para esta dissertação que é “O percurso histórico de Angola, desde a luta de libertação Nacional até à proclamação da independência”.

Quando se fala da história de libertação de Angola, há os que acham que ela só começou com a formação dos movimentos de libertação estruturados e convencionais na década de cinquenta. Outros acham

que a história da libertação de Angola começa, de facto, quando Diogo Cão desembarcou na foz do Rio Zaire, em 1482. Outros ainda, acham que nessa altura ainda não havia Angola e, por isso, não é possível ter havido luta de libertação de Angola. Nesta perspectiva faria sentido abordarmos aqui o percurso histórico de Angola a partir apenas da década dos cinquenta. Porém, tendo em consideração a audiência que, creio ser constituída maioritariamente por jovens (este simpósio foi organizado por jovens e estes precisam de conhecer a história do nosso país desde os primórdios da sua existência), preferi incluir nesta apresentação alguns dados que, em rigor, não deviam ficar de fora quando tratamos do percurso histórico da Angola, até porque, alguns factores que concorreram para a formação do percurso e da trajectória dos movimentos de libertação, têm a sua génese no processo histórico que conduziu à constituição do território que forma hoje a nossa querida Angola. Sou mesmo da opinião, que deve ser difícil definir claramente o momento exacto que possa ser considerado como marco histórico do início de libertação nacional.

As guerras de resistência dos reinos angolanos não podem ser vistas como episódios isolados ou pré-históricos da luta de libertação

nacional. Elas constituem o **primeiro ciclo de resistência** à ocupação estrangeira em Angola, pois **elas exprimem claramente um desejo de liberdade, autonomia e rejeição da dominação estrangeira**, ou seja, **expressavam uma vontade clara de autodeterminação e de preservação da soberania**.

Esta é uma questão profunda e essencial para compreender não apenas a história de Angola, mas também os modos como a nossa história tem sido narrada — muitas vezes a partir de uma perspectiva eurocêntrica. No entanto, este é outro tema que, já agora, gostaria de sugerir à Juventude Metodista, para um outro debate numa outra ocasião. Hoje, permitam-me apenas concordar com Amílcar Cabral (1970), quando diz que “a luta de libertação de um povo não começa apenas quando se forma um movimento político, mas quando esse povo **resiste conscientemente à sua negação enquanto sujeito histórico**” e que “a luta de libertação é também um processo político-cultural, espiritual e civilizacional.”

Portanto, o **percurso histórico da luta de libertação de Angola começa muito antes da luta de libertação mais recente e**

envolve as chamadas guerras da “pacificação” dos reinos locais. A ideia de que a história da luta de libertação do nosso país só começou com a luta de libertação moderna, tendo já estratégias, ideologias e formas organizativas bem definidas é, nessa perspectiva, **reducionista** e desconsidera séculos de complexas dinâmicas políticas, sociais, económicas e culturais que existiam entre os povos da região antes da chegada dos portugueses no século XV e depois disso.

Devíamos, pois, reconhecer que a libertação de Angola foi um **processo histórico contínuo**, iniciado séculos antes da independência formal de 1975 e continuado pelos movimentos de libertação nacional mais organizados. Assim, o **marco mais justo e coerente** do início do percurso histórico de Angola deve ser a **formação dos primeiros reinos e sociedades organizadas** no território atual — muito antes do século XV. A história da resistência à colonização é apenas um capítulo da longa e rica história angolana.

Assim sendo, senhoras e senhores, permitam-me entrar no âmago da minha apresentação da seguinte forma:

INTRODUÇÃO

O percurso histórico de Angola é marcado por séculos de resistência, resiliência e desejo de autodeterminação. O percurso do povo angolano, desde os primeiros contactos com os colonizadores portugueses até à proclamação da independência em 1975, foi marcado por uma colonização levada a cabo pelos portugueses e que se caracterizou, essencialmente, por um feroz e agressivo processo de:

- **Exploração económica** (trabalho forçado, expropriação de terras, etc.);
- **Segregação racial e social;**
- **Repressão cultural e política.**

Este percurso é um testemunho da vontade dos Angolanos se manterem livres e de se afirmarem como nação soberana. É marcado por resistência, guerras, tensões ideológicas e o desejo profundo de autodeterminação por parte do povo angolano. Nesta apresentação vamos analisar, de forma abrangente, o papel do esforço popular na resistência à ocupação portuguesa, o surgimento de diferentes movimentos de libertação e as implicações da sua fragmentação,

refletindo sobre as vantagens que a união poderia ter proporcionado à luta nacionalista e as consequências das divisões que se verificaram e verificam ainda hoje por causa da visão segregacionista e divisionista que imperou e impera ainda entre muitos nacionalistas e políticos que dirigem o País. Em seguida, com o olhar virado para o futuro, analisaremos alguns aspectos socio-políticos do presente e concluiremos com algumas sugestões, recomendações e uma mensagem pessoal aos jovens que constituem o futuro do País. Passemos, então, para:

I. A Resistência Angolana à Ocupação Portuguesa.

O território que hoje se chama Angola é vasto, rico e diverso. Foi inicialmente habitado pelos povos Khoisan, Bochimanes, Bakongo, Ambundo, Ovimbundo, Tchokwe, Ganguela, Kwanyama e seus subgrupos etno-linguísticos. A sua organização político-social e político-administrativa, era dominada por reinos. Existiam no território os reinos do Kongo, Ndongo, Matamba, Lunda, Mbalundu, Wambu, Viye, Kwanyama e outros. O governante do Reino do Ndongo recebia o título de “Ngola” e estas terras eram conhecidas como Terras do Ngola, de onde surgiu a atual denominação ANGOLA.

Ao longo de séculos, o território angolano foi espaço de contacto entre povos e civilizações. A chegada dos portugueses ao cabo do Soyo (Santo António do

Zaire), em 1482, com a frota de Diogo Cão, marcou o início do contacto entre os europeus e o Reino do Kongo e o estabelecimento de relações comerciais e, posteriormente, a escravatura e a colonização, iniciada em 1575. O processo de ocupação e colonização do território de cerca de 1.246.000 Km², foi gradual e enfrentou múltiplas resistências por parte dos reinos autóctones. Começou com a ocupação de algumas parcelas territoriais do Reino de Ndongo, nos séculos XVI e XVII e terminou, entre avanços e recuos, com a ocupação das regiões do Baixo-Cubango, Mucusso e Cunene, em 1909 e 1915, respectivamente.

Importa realçar que as forças imperialistas europeias também lutavam entre si pela posse e controlo de Angola. Assim, no período de 1641 a 1648, parcelas do território angolano junto do litoral estiveram sob domínio holandês, ao passo que já no século XX, na sequência da Primeira Guerra Mundial, forças alemãs invadiram o sul de Angola e ocuparam temporariamente todos os postos da região Além-Cunene. Foi quando os angolanos revoltaram-se e formaram uma coligação de resistência, chefiada pelo soba Mandume.

Até ao ano de 1850, a Colónia de Angola compreendia apenas três distritos: Luanda, Benguela e Moçâmedes. Em poucos anos, o cenário alterou-se por força da proximidade da Conferência de Berlim, marcada e realizada entre Novembro de 1884 e Fevereiro de 1885, para estabelecer regras para a ocupação do continente africano pelas potências coloniais europeias, ignorando os interesses e a vontade dos povos africanos. Organizada pelo chanceler

alemão Otto von Bismarck, a Conferência conferiu a Portugal o “direito” de administrar as terras de Angola.

Foi a partir da Conferência de Berlim que se intensificaram as chamadas «*campanhas de pacificação*» do reino invasor, e às quais se opuseram as resistências dos reinos invadidos.

Em poucos anos, o domínio português atinge outros lugares: Ambriz (1855), Humbe e Camba, em 1859; Bembe e São Salvador, entre 1860 e 1870. Em 1883, os portugueses estabelecem-se nos territórios de Cacongo e Massabi e reocupam Santo António do Zaire; em 1885 Cassinga cai em poder das tropas portuguesas.

Em 1886, Artur de Paiva ocupou os territórios do Cunene e do Alto-Cubango; e em 1893 realizaram-se os primeiros trabalhos de conquista do Libolo por parte da Coroa Portuguesa.

II. O Surgimento dos Movimentos de Libertação.

No século XX, influenciados pelos ventos de mudança que sopravam no continente africano e pela decadência das potências coloniais europeias após a Segunda Guerra Mundial, surgiram os primeiros movimentos nacionalistas organizados. Entre os mais relevantes encontravam-se:

- MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola): Foi fundado oficialmente em 1956, de orientação marxista, agrupava principalmente intelectuais de Luanda e do centro

norte do país. Defendia a independência e a construção de um Estado socialista.

- UPA/FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola): Foi criada oficialmente em 1961, mas com raízes nos anos 50, era dominado por elementos do grupo étnico bakongo e tinha apoio externo significativo, sobretudo do antigo Zaire.
- UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola): Fundada em 1966, procurava mobilizar o apoio das populações, defendendo uma linha e um modelo de desenvolvimento centrados nas comunidades mais desfavorecidas de Angola.

A emergência destes movimentos foi moldada por fatores étnicos, regionais, ideológicos e influências externas, refletindo a complexidade da sociedade angolana.

III. A Resistência como Expressão da Vontade de Independência.

O esforço investido pelos angolanos no processo de resistência à ocupação portuguesa foi multifacetado. Consistiu, por um lado, em

ações armadas e sabotagem, mas também em mobilização política, estabelecimento de redes clandestinas, busca de apoio internacional e, sobretudo, na criação de um discurso identitário e nacionalista que unisse diferentes segmentos da sociedade.

A repressão brutal das autoridades coloniais, patente em episódios como o massacre de Baixa de Cassanje a 4 de Janeiro de 1961 e de 4 de Fevereiro do mesmo ano em Luanda, só serviram para reforçar a determinação dos angolanos e catalisar o envolvimento de novas camadas da população na luta.

IV. Algumas Razões da Fragmentação dos Movimentos de Libertação.

A existência de vários movimentos de libertação terá, certamente, enfraquecido a luta contra o regime colonial, mas esta pluralidade foi um reflexo da complexidade das realidades geográficas, sociais, culturais dos povos e do território angolanos. Entre as razões para essa fragmentação destacam-se:

- **Diversidade étnica e regional:** As diferentes regiões de Angola possuíam identidades, línguas e interesses próprios, levando à formação de movimentos ligados a grupos específicos.
- **Divergências ideológicas:** O contexto da Guerra Fria e a influência de diferentes blocos internacionais contribuíram para que cada movimento adoptasse um alinhamento político distinto.
- **Disputa por liderança e reconhecimento:** O desejo de protagonismo de determinados líderes e grupos, originou rivalidades e, por vezes, conflitos armados entre movimentos.
- **Intervenção externa:** Países como Estados Unidos, União Soviética, Cuba, China, e nações africanas vizinhas, apoiaram diferentes movimentos consoante os seus próprios interesses estratégicos.

V. Vantagens Potenciais de uma União Nacionalista.

A hipotética união entre os movimentos de libertação teria potenciado a eficácia da luta armada e política, reduzindo a dispersão de recursos, evitando confrontos internos e apresentando ao mundo uma frente única e legitimada para negociar a independência. Uma estratégia

comum poderia ter facilitado a transição para um Estado pós-colonial mais coeso e menos vulnerável a divisões internas, minimizando o risco de guerras civis e interferência estrangeira após a independência.

VI . A Proclamação da Independência

A confluência de fatores internos e externos, incluindo a Revolução dos Cravos em Portugal, em 1974, precipitou a retirada da administração colonial. Porém, apesar dos acordos de Alvor, celebrados em janeiro de 1975, a falta de consenso entre os movimentos dificultou uma transição pacífica. Em 11 de novembro de 1975, o MPLA proclamou unilateralmente a independência de Angola em Luanda, enquanto a FNLA e a UNITA faziam proclamações rivais no Huambo e no Uíge, dando assim, início a uma longa guerra civil que durou de 1975 a 2002, com todas as consequências cujo impacto continuamos e continuaremos ainda a sentir no dia-a-dia das nossas vidas e na vida do nosso país.

Aqui chegados e revisto o passado, o que resta como caminho a recomendar aos nossos jovens que, afinal, são o futuro do nosso país?

VII . O CAMINHO PARA O FUTURO

Considerando esse passsado histórico de Angola e tendo em conta que as divisões ainda se verificam hoje em forma de exclusão por razões diversas (políticas, económicas, sociais, regionais, raciais, religiosas, etc.), como ultrapassar esta situação que acaba por aprofundar o fosso entre angolanos? No momento em que celebramos cinquenta anos passados desde a nossa independência, qual é o caminho que devemos escolher para construirmos a unidade entre nós e como ultrapassar essas divisões que chegam a separar famílias por causa de diferenças político-partidárias?

Outro elemento que gostaria de mencionar também aqui, é o facto de que alguns sectores da nossa sociedade angolana, embora minoritários, demonstram uma gritante falta de solidariedade e enveredam por uma prática de vida luxuosa e de ostentação de riqueza, em meio de uma maioria esmagadora pobre e miserável. Acontece que, em muitos casos, a riqueza ostentada resulta de prática de peculato e de corrupção que induz à formação de mentalidades

corruptas em pessoas que perdem a sua dignidade e se vendem por "meia dúzia de dinheiros", tornando-se assim em serviçais dos que os utilizam no cumprimento de missões - muitas vezes sujas - como se de instrumentos se tratasse. Como debelar esta crise moral e ética?

Estas questões são prementes, principalmente quando observamos o estado da nossa sociedade hoje e projectamos o futuro tendo como referência os comportamentos e as atitudes correntes. Por isso, em jeito de sugestões, trago para a nossa juventude, em forma de propostas, as seguintes reflexões:

1. Quanto à necessidade de unidade entre os angolanos:

É minha convicção profunda que, para construirmos a unidade nacional e tornarmos a nação angolana mais homogênea, precisamos, em primeiro lugar, de nos reconhecermos entre nós mesmos e respeitar as nossas próprias diferenças para construirmos a Nação plural a partir de uma identidade comum e, também, de um objectivo comum. Para tal, é importante promover um diálogo aberto e construtivo entre os diferentes grupos e criar espaços de debate e de

discussão sem tabus, onde as diversas opiniões possam ser ouvidas e tidas em conta.

É importante também destacar que a proclamação da independência é apenas o primeiro passo para a sua construção efectiva. A proclamação da independência é um mero acto que se protagoniza num só momento, num só dia. Já a construção da independência é um processo eminentemente cultural, político e participativo, que requer instituições fortes, lideranças visionárias, patriotismo, construção de consensos e coesão nacional. Feito o percurso dos primeiros 50 anos da independência nacional e com este pano de fundo, acho que precisamos de:

a) Um novo pacto social que seja:

- Um **projeto nacional inclusivo**, que transcenda interesses partidários e coloque o bem-estar colectivo como prioridade.
- Envolver **todos os sectores da sociedade** — não só o Estado, mas também a sociedade civil, a juventude, as igrejas, os académicos, os camponeses, os empresários, os artistas e outros — na definição do modelo de país desejado.

b) Combate às desigualdades estruturais:

- Investimento forte e equitativo em **educação, saúde, emprego e habitação**, especialmente nas zonas mais esquecidas (interior e periferias urbanas).
- Reforma do sistema fiscal e económico para permitir **redistribuição de riqueza** e oportunidades.

c) Promover uma cultura de reconciliação verdadeira:

- Ultrapassar a cultura de divisão político-partidária, até no seio das famílias. As feridas da guerra civil e a forte polarização política criaram **divisões profundas**, inclusive entre irmãos, pais e filhos. Ultrapassemos isso, indo para além dos discursos oficiais e construindo **processos comunitários de reconciliação**, onde as memórias, dores e esperanças possam ser partilhadas.
- Criar **espaços de escuta**, nos bairros, igrejas, escolas, associações — para que o diálogo supere o ódio.

d) Separar Estado e partido:

- Reforçar a ideia de que **a crítica política não é traição, e a divergência é saudável** numa democracia.
- Educar as novas gerações para **votar com consciência**, sem fanatismo, reconhecendo que nenhuma ideologia vale mais do que a paz e o patriotismo.
- Promover a noção de que a cidadania está acima dos partidos.
Primeiro e acima de tudo, somos cidadãos e só depois somos membros de partidos.

e) Valorizar o pluralismo:

- Criar e apoiar meios de comunicação independentes, que ajudem a construir uma **esfera pública plural, honesta e responsável**.
- Incentivar o respeito pela diversidade de pensamento e o **debate de ideias com ética**.

2. Quanto ao flagelo da crise de valores, de moral e de ética:

A convivência escandalosa entre a ostentação de luxo por poucos e a miséria de muitos, frequentemente sustentada por práticas de corrupção e desvio de fundos públicos é uma realidade que tem consequências profundas, tais como:

- a) **Desigualdade extrema:** A ostentação de riqueza em meio à pobreza generalizada alimenta ressentimentos sociais e aprofunda as clivagens entre governantes e governados.
- b) **Destruição de valores éticos:** Quando os que enriquecem de forma ilícita são celebrados ou ocupam cargos de destaque, transmite-se a mensagem de que a corrupção compensa, enquanto a honestidade é um fardo.
- c) **Servilismo e perda de autonomia moral:** Muitos cidadãos, na luta pela sobrevivência ou em busca de ascensão, aceitam ser instrumentos de interesses alheios, vendendo suas consciências e dignidade em troca de favores temporários — o que perpetua a dominação e o ciclo de dependência.

3.Como combater este fenómeno?

O combate deste fenómeno passa por:

a).Reforçar o Estado de Direito: promovendo Justiça Social que exija não apenas leis, mas também práticas e políticas que corrijam injustiças históricas e estruturais, garantindo que a justiça seja **independente, acessível e imparcial.**

b) Combater a corrupção de forma real.

- Educar para a cidadania e ética pública:

A transformação começa na mente. Portanto, deve-se incluir nas escolas conteúdos sobre **ética, direitos humanos, convivência democrática, honestidade, responsabilidade colectiva, solidariedade e história nacional descolonizada e despartidarizada.**

- As universidades e meios de comunicação devem ser espaços de denúncia, formação crítica e promoção de consciência social.
- Incentivo de uma cultura de diálogo e participação cívica, desde muito cedo.

- Criar políticas de valorização do trabalhador informal, rural, da juventude e das mulheres.
- Desenvolver um sistema de **proteção social universal**, com base em solidariedade e justiça distributiva.

c) Reforço institucional e justiça independente

- Combater a corrupção exige instituições fortes, autónomas e incorruptíveis. O sistema judicial deve ser livre de interferências políticas e com meios para investigar e punir eficazmente crimes de peculato e enriquecimento ilícito.
- A transparência na gestão pública deve ser obrigatória, com orçamentos abertos, concursos públicos fiscalizados e mecanismos de controlo social.

d) Mobilização da sociedade civil e dos jovens:

- A juventude precisa de ser chamada à responsabilidade, não como massa de manobra, mas como força transformadora. Movimentos sociais, ONGs, igrejas e associações devem articular-se para exigir mais justiça e equidade. Neste processo,

as redes sociais devem ser usadas como ferramenta útil e responsável.

e) Exemplo a partir do topo

A liderança deve dar o exemplo. O combate à corrupção não pode ser retórico apenas. Quem governa deve viver com sobriedade e responsabilidade e não deve confundir o Estado com propriedade pessoal.

f) Valorização do mérito e do trabalho honesto

- Deve-se criar uma cultura onde o mérito, o esforço e a competência sejam os caminhos naturais para o sucesso. Enquanto se premiar o oportunismo e se desprezar o trabalhador honesto, não haverá transformação real.

VIII -CONCLUSÃO :

Podemos afirmar que:

1º - o percurso histórico de Angola, desde a resistência à ocupação portuguesa até à proclamação da independência, evidencia a

tenacidade e a vontade inabalável do seu povo em afirmar-se como nação livre.

2º - Apesar das divisões entre os movimentos de libertação, a determinação coletiva permitiu superar séculos de opressão.

3º - O estudo das causas da fragmentação dos nacionalistas angolanos e das potenciais vantagens de uma união fornece lições valiosas que devemos ter em conta para a consolidação da paz e da unidade nacional no período pós-independência.

4º - Vivemos uma crise de valores morais e éticos. Precisamos de caminho de transformação para uma nova consciência. Precisamos de **consciências despertas**, de **vozes firmes**, de **corações limpos** e de **mentes lúcidas**. A transformação e a mudança não virão de fora. Terão de vir de dentro de cada um de nós.

5º - Não aceitemos ser instrumentalizados. Sejam reformadores e construtores. Que a nossa palavra seja verdade, que a nossa fé seja prática, que o nosso saber seja luz, e que a nossa juventude seja sal da terra e luz do mundo.

XIX - MENSAGEM PESSOAL AOS JOVENS:

Caros jovens:

Vivemos uma crise que não é apenas económica mas também social, cultural, ética e espiritual. Permitam-me ser claro: **um país onde a riqueza de poucos depende da miséria de muitos está moralmente falido.** Mas há uma boa notícia: **esta crise é também uma oportunidade.** Oportunidade de despertar, de reformar e de refundar os nossos princípios. Precisamos, como dizia o profeta Isaías, *"deixar de fazer o mal e aprender a fazer o bem."* (Isaías 1:16-17).

Em Provérbios 3:5-6 lemos o seguinte:- Confia no Senhor de todo o teu coração e não te estribes no teu próprio entendimento. Reconhece-O em todos os teus caminhos, e Ele endireitará as tuas veredas.

Ainda em Provérbios 4:23, encontramos a seguinte passagem: Sobre tudo o que se deve guardar, guarda o coração, porque dele procedem as fontes da vida.

O Apóstolo Paulo, na sua primeira epístola a Timóteo 4:12, diz-nos: Ninguém despreze a tua mocidade; pelo contrário, torna-te padrão dos fiéis, na palavra, no procedimento, no amor, na fé, e na pureza.

Em Filipenses 4:6-7, encontramos a seguinte passagem: - Não andeis ansiosos por coisa alguma; antes, em tudo sejam os vossos pedidos conhecidos diante de Deus pela oração e súplica com ações de graça. E a paz de Deus, que excede todo o entendimento.

Excelências, caros jovens e compatriotas:

Então, vamos construir Angola, com dignidade, justiça e verdade.

Muito obrigado

Luanda, 2 de Agosto de 2025.

Isaías Samacuva

Referências bibliográficas

- Cabral, A. (1970). *Unity and Struggle: Speeches and Writings of Amílcar Cabral*. Monthly Review Press.
- Birmingham, D. (2006). *Empire in Africa: Angola and Its Neighbors*. Ohio University Press.
- Heywood, L. M. (2000). *Contested Power in Angola, 1840s to the Present*. University of Rochester Press.
- Miller, J. C. (1988). *Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730–1830*. University of Wisconsin Press.
- Munslow, B. (1984). *Angola: The Politics of a Socialist Revolution*. Indiana University Press.